



Jornalismo Brasileiro: caminhos e dúvidas para o estudo dos gêneros jornalísticos nos cinco maiores jornais do País¹

Lailton Alves da Costa (UMESP)²

Resumo

Este artigo evidencia quais formatos e gêneros jornalísticos são estudados no âmbito da literatura especializada e aponta as dúvidas e questionamentos acerca das propostas brasileiras para a questão. Percebe-se que desde a criação de disciplinas específicas para o tema, os gêneros informativo e opinativo estão legitimados e pouco são questionados quanto aos formatos, o que não ocorre com os gêneros interpretativo, diversional e utilitário que carecem de fundamentação e análise. Também relata as críticas acerca da noção de gênero jornalístico e dos critérios de sua classificação. O artigo faz parte da revisão de literatura realizada para a dissertação de mestrado do autor que examina quais são os gêneros jornalísticos da imprensa contemporânea confrontando-os com as classificações acadêmicas por meio da análise de conteúdo a partir da classificação proposta por Marques de Melo.

Palavras-chave

Comunicação; Jornalismo; Gêneros Jornalísticos;

Introdução

Os estudos sobre gêneros jornalísticos não são novidade no universo acadêmico. Há meio século, inicialmente na academia européia, sistematiza-se discussões, cria-se teorias e se apresenta classificações para a produção textual da imprensa. As preocupações atuais, de estudiosos de diversos continentes, migraram das classificações da para as questões conceituais, os critérios de classificação, as condicionantes do gênero (mídia x suporte), o hibridismo dos gêneros digitais entre outros. No Brasil, no campo comunicacional, as pesquisas são, geralmente, marcadas pela divisão dos gêneros de acordo com a mídia (gêneros radiofônicos, gêneros do impresso, entre outros) e pela apresentação de classificações que começam a passar pelo crivo de pesquisadores. Nesse contexto, este artigo relata o estado da arte dos cinco gêneros e respectivos formatos do jornalismo impresso, analisados pela literatura; se discute consensos e percalços para o estudo desses gêneros nos cinco maiores jornais do País.

Os gêneros jornalísticos: percurso teórico

Em suas origens, as teorias classificatórias do gêneros jornalísticos nasceram como uma

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Jornalismo

² Jornalista formado pela Universidade do Tocantins (Unitins), foi professor do Curso de Jornalismo do CEULP/ULBRA em Palmas(TO), é mestrando em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo- UMESP (SP). E-mail: lailton@gmail.com

técnica para a "análise sociológica de caráter quantitativo das mensagens que apareciam na imprensa [...] tornando-se um método seguro para a organização pedagógica dos estudos universitários sobre Jornalismo" (PARRAT, 2001). A pesquisadora Sônia Parrat afirma que Jacques Kayser foi um dos primeiros estudiosos de alcance internacional a utilizar o conceito de "gênero jornalístico" (PARRAT, 2001). E Kayser, segundo Marques de Melo (2003, p.45) identificou 7 gêneros na imprensa francesa: informações; artigos; combinações "informações artigos"; sumários de imprensa e de emissões radiofônicas; folhetins, contos e novelas, quadrinhos e fotonovelas; cartas dos leitores e seções de serviço. Nota-se que ainda não havia nenhuma expressão síntese desses gêneros (a exemplo de informativo, opinativo). Tais expressões canônicas dos gêneros jornalísticos seriam cunhadas na Europa e América e ainda hoje utilizada nos estudos da área da Comunicação.

De acordo com a divisão pedagógica dessa pesquisadora, seriam quatro as teorias dos gêneros: a) *a teoria dos esquemas do discurso*: representada por Teun A. van Dijk, contempla o panorama dos gêneros sob uma perspectiva dualista classificando os gêneros jornalísticos nos grupos de esquema narrativo - os relatos- e de esquema argumentativo -os artigos; b) *a teoria normativa dos gêneros jornalísticos*: creditada a Martínez Albertos, é definida como uma construção teórica surgida pela extrapolação da teoria clássica dos gêneros literários e se baseia na idéia de que o jornalista, ao usar a narrativa para contar algo, situa-se, intelectualmente no "mundo dos fatos" adaptando sua mensagem a forma de um relato. c) *a teoria do sistema de texto*: de acordo com Seixas (2004), baseando-se em Parrat, a teoria foi formulada por Héctor Borrat de modo similar à tradição espanhola, divide os textos em narrativos, descritivos e argumentativos; d) *a teoria dos gêneros*: sugerida por Lorenzo Gomis em 1989, de acordo com Parrat (2001), a base da teoria é a idéia de que os gêneros refletem a evolução do jornalismo e se modificam conforme as demandas sociais e os objetivos da profissão jornalística, podendo ser entendidos como um método de interpretação sucessiva da realidade social.

No Brasil, as primeiras obras sobre gêneros jornalísticos traziam a divisão entre jornalismo informativo, opinativo e interpretativo, considerando-se a trilogia *Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1976) e *Jornalismo Opinativo* (1980) publicadas por Luiz Beltrão. Para este autor, a divisão do jornalismo, em gêneros seria: 1) jornalismo informativo: notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem; 2) jornalismo interpretativo: reportagem em profundidade; 3).



jornalismo opinativo: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. As descrições de Beltrão sobre cada formato se pauta pela função que ele enxerga para cada um. Nota-se uma preocupação didática do autor em caracterizar esses gêneros no âmbito do jornal impresso, sem, contudo, indicar a estrutura ou a composição de cada um.

O seguidor de Beltrão é José Marques de Melo, notadamente com o livro *Jornalismo Opinativo* e com uma vasta produção acadêmica por ele orientada nos cursos de Pós-Graduação que volta-se para a questão³. As obras são fundamentadas, principalmente, nos estudos de Bakhtin e na escola espanhola.

A última reedição do livro *Jornalismo Opinativo* ainda é a principal referência para o estudo dos gêneros jornalísticos no País. Nela, perpassa a idéia de que o gênero decorre do "estilo", que por sua vez é decorrente das variações da linguagem, suscetível aos contatos exógenos. Marques de Melo se volta ao modelo de Beltrão para questionar a proposta deste autor e propor uma classificação contendo apenas os gêneros informativos e opinativos, por considerá-la a mais próxima da prática profissional: 1) jornalismo informativo: nota, notícia, reportagem e entrevista; 2) jornalismo opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

A classificação baseia-se em dois critérios: a intencionalidade e a natureza estrutural do relato. Pelo ângulo da intencionalidade, nos relatos informativos há o desejo de "reproduzir" o real, isto é, a partir da observação de um acontecimento do que se aceita como a realidade empírica, sua apreensão e descrição são feitas pela instituição jornalística com base no desejo da coletividade de "saber o que se passa". Já no opinativo, a intenção de "ler" o real, ou seja, a análise e a avaliação (atribuição de valor) possível desta realidade baseada no desejo da coletividade de "saber o que se pensa sobre o que se passa".

No ângulo da "natureza estrutural do relato". Marques de Melo se refere à "articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)". No jornalismo informativo, o relato terá sua estrutura dependente de variáveis externas: os acontecimentos e a relação estabelecida entre o jornalista e os protagonistas do acontecimento. No opinativo, a estrutura dependeria do controle, pela instituição, da autoria e angulação (tempo e espaço) da narração. Por esses critérios, resultaria então

³ Exemplo são os livros *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo* (1992) e a pesquisa *Gêneros e formatos na Comunicação massiva periodística: um estudo do jornal "Folha de São Paulo" e revista "Veja"* (DIAS et. al., 1998).

que o jornalismo informativo comportaria: nota, notícia, reportagem e entrevista. No opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

A obra colocava na berlinda a autonomia das categorias *interpretativa* e *diversional*. Segundo Melo, "as duas funções que preenchem podem corresponder em certo sentido a expressões já existentes no jornalismo informativo e no jornalismo opinativo" (MARQUES DE MELO, 2003, p. 29). O jornalismo interpretativo tratava-se, então de

uma categoria carente de configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o estilo informativo e o opinativo [...] e que ainda não adquiriu fisionomia própria no lugar onde surgiu (MARQUES DE MELO, 2003, p. 30).⁴

Outro pesquisador com incursão no gênero é Manuel Chaparro (1998). Apoiado no referencial teórico de Todorov e Teun Van Dijk, Chaparro questiona os critérios de classificação de seus antecessores, notadamente a divisão entre *informação* e *opinião* e o critério da temporalidade, defendidos por Marques de Melo (2003). Embora Chaparro tenha detectado esse critério, discorda de sua validade (como também do critério da angulação) para conceituar e caracterizar os gêneros opinativos. A argumentação dele é que "a temporalidade dos acontecimentos está vinculada a ações estratégicas de instituições e grupos das quais o relato e a difusão jornalística fazem parte" e que no percurso entre o acontecimento e sua divulgação surgem diversas "ocorrências previstas ou inesperadas, com causas e efeitos que tanto podem justificar a notícia, quanto a reportagem, a entrevista ou o artigo - antes, durante ou depois da eclosão na sociedade" (CHAPARRO, 1998, p.109).

Chaparro também apresenta a sua classificação, e à moda de Marques de Melo, bifurcada em *relato* e *comentário*: 1) comentário: 1.1- espécies argumentativas: artigo, crônica, cartas, coluna ; 1.2- espécies gráfico-artísticas: caricatura e charge; 2) relato: 2.1- espécies narrativas: reportagem, notícia, entrevista, coluna; 2.2) espécies práticas: roteiros, indicadores, agendamentos, previsão de tempo, cartas-consulta e orientações úteis.

As críticas atuais

Nenhuma das obras nacionais, contudo, legou como contributo uma teoria dos gêneros brasileira, embora apresentem propostas classificatórias. De acordo com Seixas (2004, p. 3), tanto as propostas de classificação dos gêneros jornalísticos de Luiz Beltrão, de

⁴ A primeira edição do livro com a versão da tese de livre docência do autor foi publicada em 1985. A terceira edição, publicada em 2003, não passou por atualização ou revisão desse ângulo.



José Marques de Melo, quanto de Martínez Albertos, fundamentam-se em critérios como: 1) finalidade do texto ou disposição psicológica do autor, ou ainda intencionalidade; 2) estilo; 3) modos de escrita, ou morfologia, ou natureza estrutural; 4) natureza do tema e topicalidade; e 5) articulações interculturais (cultura). Tais critérios levou a autora a afirmar que:

A maioria dos autores que trabalhou na classificação de gêneros jornalísticos esteve baseada na separação entre forma e conteúdo, o que gerou a divisão por temas, pela relação do texto com a realidade (opinião e informação) e deu vazão ao critério de intencionalidade do autor, que realiza uma função (opinar, informar, interpretar, entreter). A função, ao invés de ser vista como 'intenção' do autor, deve ser trabalhada como cumprimento dos poderes, papéis e estatuto implicado no contrato de leitura de determinada prática social discursiva (gênero) (SEIXAS, 2004, p. 3).

Seixas não está sozinha na revisão dos critérios e classificações, nem a área da Comunicação goza de primazia do estudo sobre os gêneros jornalísticos. Passadas algumas décadas, os gêneros da imprensa têm sido inclusos em trabalhos das Ciências da Linguagem dedicados à análise dos gêneros discursivos em práticas sociais. O interesse dessa área de conhecimento, entre outros motivos, revela uma preocupação acadêmica, (ensino de linguagem e formação de professores) que descende do que foi estabelecido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁵ ao sugerir entre os gêneros a serem trabalhados nas atividades de leitura e produção de textos orais e escritos o que se chama ali de gêneros "de imprensa" (PARÂMETROS, 1998, p.54).

Um aspecto significativo dos trabalhos dessa vertente (FIGUEIREDO (2003), KINDERMANN (2003), SIMONI (2004) e INNOCENTE (2005) - que adota como referencial a abordagem sócio-teórico de Swales, Bhatia e outros teóricos da área da Ciências da Linguagem- é o questionamento, por seus autores, do que Bonini (2003, p. 1), chama de "mecanismos lingüísticos/sociais que caracterizam estes gêneros textuais" o que impediria a própria definição de gênero pelos teóricos da comunicação:

Na literatura da área de comunicação, a noção de gênero não aparece de forma muito clara. Tanto são entendidos como gêneros os textos relacionados a uma prática discursiva (de ocorrência empírica, como a notícia e a reportagem) quanto os traços que representam categorias mais amplas e de caráter tipológico, determinados pelo filtro teórico do estudioso e não pela realização empírica, como é o caso dos gêneros diversionais, utilitários e formais que aparecem em Dias et al. (2001). (BONINI, 2003, p.1)

⁵ Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.



Argumentação próxima da exposta por Seixas, para quem:

(...) os critérios de fundamentação destas teorias e classificações são frágeis suportes e não atingem os pilares destas estruturas que são os gêneros, embora aponte, aqui e ali, alguns nortes. Disposição psicológica do autor ou intencionalidade, estilo, modos de escrita ou morfologia, natureza do tema ou topicalidade (conteúdo), objetividade/subjetividade não diagnosticam as especificidades destas práticas sociais discursivas; embora as finalidades ou funções dos textos se aproximem mais de fundamentos válidos, como são as condições de êxito (SEIXAS, 2004, p.1).

As críticas mostram-se pertinentes e levam a produção teórica da área comunicacional a pensar como se encontra a questão dos gêneros no jornalismo brasileiro e a buscar a definição do que são, a rigor, os gêneros jornalísticos e quais são, no âmbito do que se produz nas redações jornalísticas, as modalidades de gêneros praticados na atualidade.

Para o campo jornalístico, o momento atual caracteriza-se por um período marcado por transformações, como atesta PARRAT (2001), ao ponderar que o sistema convencional de gêneros tem sido objeto de constante debate e a principal crítica é que resulta insuficiente para acomodar a enorme quantidade de variantes que aparecem continuamente como resultados da evolução da profissão jornalística em decorrência da proliferação de gêneros mistos e da influência dos meios audiovisuais. Como também já acentuou Marques de Melo (2003), o caráter efêmero da atividade jornalística leva a um descompasso com a produção científica que busca analisá-la. Nesse sentido, a ponderação de Utard é pertinente:

Se a tônica é incidente sobre o processo (embaralhamento), é a noção de gênero que se deve questionar. Este é o risco de ser pensado como simples tipologia de enunciados, um reservatório de formas disponíveis que se pode manipular a seu modo e não como um dispositivo sócio-discursivo que ultrapassa as intenções de quem o utiliza. (UTAH, 2003, p. 68).

De acordo com essa abordagem, além dos critérios presentes nas tipologias textuais, têm-se "parâmetros situacionais, tais como a identificação dos enunciadores (jornalista, animador, *expert*, publicitário, etc) ou a materialização dos suportes (impresso, audiovisual, rede numérica, etc)". Assim, combinar tais critérios permite "construir uma estrutura hierarquizada dos gêneros que se ramificam então desde os gêneros macro até os subgêneros cujos níveis podem se multiplicar" (UTAH, 2003, p. 70).

Os gêneros jornalísticos identificados pela literatura

Na corrente desenvolvida nas Ciências da Linguagem as contribuições indicam faltar



"de forma sistemática, respostas a questões como o que é um gênero jornalístico e como este se constitui" (KINDERMANN, 2003, p. 36). Segundo Bonini (apud KINDERMANN, 2003, p. 36) o caminho seria tratar os gêneros jornalísticos "a partir do processo de textualização do jornal" considerando gêneros somente os textos que gozassem de "*relativa estabilidade e autonomia*" (grifo no original) e obedecessem ao critério de "atender aos propósitos comunicativos do jornal, ou seja, relatar fatos e informações recentes bem como interpretá-los, e desencadear processos opinativos" . Consideram gênero, então, "um conjunto de parâmetros de textualização que, em função do hiper-gênero (jornal), estruturam um propósito comunicativo (noticiar, opinar, criticar, localizar), linearizando uma unidade textual identificável como totalidade" (BONINI apud KINDERMANN, 2003, p. 36).

Destes trabalhos, destaca-se, no âmbito das conceituações, a defesa da *reportagem* como gênero autônomo - sem alusões a gêneros como "informativo" ou "interpretativo", para comparar às classificações da área comunicacional e também como uma notícia ampliada (KINDERMANN, 2003, p.38), possuindo como subgêneros: a) reportagem de aprofundamento da notícia (RAN); b) reportagem a partir da entrevista (REn) e d) reportagem retrospectiva (RRe). Kindermann não apresenta conceitos sobre esses gêneros, mas, adotando a metodologia de Swales, se propõe a identificar a "estrutura composicional" de cada um a partir da descrição do que chama de "movimentos retóricos", isto é, as partes discursivas de que se estruturam cada gênero. No entanto, a própria autora reconhece que os movimentos identificados em cada gênero "não são constantes em todos os exemplares analisados" (KINDERMANN, 2003, p.60). Em suas conclusões ao analisar o Jornal do Brasil, a autora conclui que a reportagem deve ser caracterizada "como uma notícia ampliada" (KINDERMANN, 2003, p.97).

Outro trabalho analisa a nota jornalística que, de modo análogo, aparece com três subgêneros: a) nota noticiosa; b) nota comentário e c) nota comentário relatado. A autora conclui que o gênero nota se constitui um "gênero estável" devido as características que dispõe e pelo modo como circula no suporte (Jornal do Brasil) (FIGUEIREDO, 2003, p.73) e que tais subgêneros têm como objetivo informar e também orientar o comportamento do leitor diante dos fatos.

A pesquisa realizada por KAUFFMANN (2005), também põe em primeiro plano a "descrição lingüística" para entender os gêneros jornalísticos. Kauffmann combina matizes teóricas envolvendo Swales (1990), Lee (2001) e Biber (1988), mas, adotando



como válidas as classificações de Marques de Melo e Chaparro, considera os gêneros "como produto de um convenção social e de uma prática inscrita em um contexto cultural" (KAUFFMANN, 2005, p. 43). O autor conclui que os gêneros jornalísticos *entrevista, artigo, crônica, comentário, carta e reportagem* pertencem aos quadrantes "Narrativo-Argumentativo" ao passo que *chamada, notícia e nota de correção* localizam-se no quadrante "Expositivo-Informativo". Já no quadrante "Expositivo-Argumentativo" se encontram os gêneros *editorial, resenha, crítica e coluna de notas* (KAUFFMANN, 2005, p. 115). Na discussão de seus resultados, o autor afirma que sua pesquisa confirmou "em larga medida a taxonomia" proposta por Marques de Melo. A diferença, explica, "é que, diferente da tipologia de Marques de Melo, a metodologia utilizada permite caracterizar com maior refinamento se os gêneros estão a maior ou menor distância de seu pólos dimensionais (KAUFFMANN, 2005, p. 119).

Outros trabalhos, como o de Spannenberg (2004, p.71) concatenam definições clássicas da teoria literária e tentam descrever "possíveis aproximações e aplicações ao jornalismo". Além da "organização textual", "suporte" dos gêneros (entendidos como um "tipo de molde mental"), características ligadas à Linguagem e à Comunicação, a autora considera também a relação com os contextos sociais e culturais no qual o gênero se insere, adicionando ao arcabouço teórico as abordagens dos *Cultural Studies* (SPANNENBERG, 2004, p. 75). Para desenvolver sua análise das estratégias de construção da recepção dos gêneros nos jornais *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, a autora adota a classificação de Marques de Melo para quantificar as ocorrências dos gêneros e então centrar-se em dois deles: a reportagem em profundidade e o artigo.

Na área comunicacional, como já dito, a principal obra é de Marques de Melo. Das primeiras obras deste autor aos mais recentes estudos por ele orientados sua concepção dos gêneros jornalísticos vem se alterando. Em sua produção mais recente ele defende a incorporação dos gêneros *interpretativo* (com os formatos: *dossiê, perfil, enquete e cronologia*), *utilitário* (com os formatos *indicador, cotação, roteiro e serviço*) e *diversional* (composto por *história de interesse humano e história colorida*). Mas, como são definidos ou como se encontram tais gêneros na literatura? São reconhecidos?

O gênero interpretativo

Sobre esse gênero, Marques de Melo inicialmente relacionava-o com o desenvolvimento da reportagem como um "esforço analítico e documental que procurou

situar mais precisamente o cidadão diante dos acontecimentos" (MARQUES DE MELO, 2003, p.47). Ainda assim, Melo o enquadrava como informativo, por entender que a interpretação, enquanto procedimento explicativo, fiel ao sentido que atribuído pelos norte-americanos, cumpria-se no jornalismo informativo (MARQUES DE MELO, 2003, p. 64).

Contudo, a interpretação, como gênero, é tradicionalmente associada à reportagem:

Autor(es)	Formato	Elementos ou características
LEANDRO e MEDINA, 1973	Reportagem interpretativa	aprofundamento, antecedentes (temporais, espaciais e do fato), contextualização e humanização
LUIZ BELTRÃO, 1976	Reportagem em profundidade	antecedentes, projeção de futuro, prognóstico, informação íntegra e análise
LIMA, 2002	Reportagem	frase de arranque (com carga opinativa) na abertura; verbos introdutórios de declarações que exprimem a opinião; verbos hipotéticos; fecho que retoma a idéia inicial; assinatura do autor.

Quadro 1 - Formatos e características do jornalismo interpretativo por autor

No entanto, um dos trabalhos coordenados por Marques de Melo na década de 1990 (DIAS et.al., 1998), diferente dessas obras aponta novos formatos para o gênero, definido como "um modo de aprofundar a informação" com o fim principal de "relacionar a informação da atualidade com seu contexto temporal e espacial" , tendo "um sentido conjuntural" não se limitando a " dar conta do que acontece, já que o jornalista interpreta o sentido dos acontecimentos" (DIAS et. al., 1998, p.8). Os formatos ali apresentados são *análise, perfil, enquete* e *cronologia* (DIAS, et.al., 1998, p.13).

Destes, apenas o *perfil* figura nas principais obras produzidas de profissionais do mercado - ainda assim, sem conceituar o formato como gênero e sem considerá-lo como 'interpretativo'. De modo geral, perfil é entendido como uma forma de narrar a vida da pessoa (SODRÉ e FERRARI, 1986), como reportagem que integra o filão mais rico das matérias chamadas humanas (KOTSCHO, 1988), ou ainda como narrativas curtas (na extensão e no tempo de validade) que focalizam alguns momentos da vida da pessoa (VILAS BOAS, 2003). Uma exceção é Edvaldo Pereira LIMA (2004) em que o perfil é citado como um ingrediente para humanizar a reportagem, ao lado de elementos como: a) Contexto; b) Antecedentes; c) Suporte especializado (enquete, pesquisa de opinião, entrevistas c/ especialistas, etc.); d) Projeção; e) Perfil (humanização da reportagem).

Para os demais formatos não há discussão na literatura analisada até aqui. A questão principal, em relação ao gênero, reside em torno das possibilidades interpretativas do texto jornalístico. Será por meio do formato "reportagem", como defende Lima (2002), ou o perfil se trata de um gênero autônomo da reportagem? Nas classificações já legitimadas a reportagem é fixada no gênero *informativo*, embora parte da literatura a trate em formatos de *reportagem interpretativa*, *reportagem em profundidade*, entre outras. Ou será que não se trata da questão do embaralhamento de gêneros, posto que no texto em que a estrutura é de uma "reportagem" que "hibridiza" os gêneros (informativos, opinativos, interpretativos)?

Outro ponto de reflexão é sobre os demais formatos interpretativos que aparecem sem critérios definidos de conceituação e caracterização, como a "análise" - na classificação de DIAS - e de "dossiê" - na classificação de Marques de Melo. Uma proposição basilar para essa discussão é apresentada por Antonio Lopes Hidalgo (2002), da escola espanhola, para quem a análise é um gênero jornalístico autônomo, com características próprias e suficientes para diferenciar-se de outros textos limítrofes, como a crônica, o editorial, o artigo e a coluna."

Não obstante, um dos graves perigos que corre o analista, [...] é o perigo de perder-se em juízos de valor [...] si lográssemos este objetivo, a análise seria na realidade um único texto interpretativo, junto ao perfil, dentro da teoria dos gêneros jornalísticos. Porque tanto a crônica como a reportagem seriam relatos informativos ou informativos-interpretativos, e ainda que seja certo que alguns gêneros de opinião contem interpretação também trazem juízos de valor (HIDALGO, 2002).

Idêntica problematização ocorre com os formatos *enquete* e *cronologia*. Pela própria definição até aqui encontrada, eles se apresentam mais próximas de unidades de informação complementares a um texto principal, como reportagem, notícia e entrevista do que como gênero autônomo.

O gênero utilitário

Em relação ao gênero utilitário, poucas obras tratam-no como gênero autônomo. Um dos primeiros, ainda que não o relacionasse no âmbito de uma teoria do gênero, foi Luiz Beltrão. Denominada por ele de "serviços do jornal" a expressão englobava as correspondências e pedidos dos leitores enviados à redação para publicação de "avisos, comunicações, convites, votos de felicitação ao jornal ou agradecimento a pessoas ou entidades" (BELTRÃO, 2006, p. 118), algumas delas, segundo Beltrão, constituíam-se

em "autênticos 'serviços' que o jornal presta ao leitor, como parte integrante da comunidade" (BELTRÃO, 2006, p. 118). Entre as que destacava como de interesse para o jornal e para o público, estavam:

Modificações nos horários das linhas de trens ou ônibus, avisos de fechamento extraordinário do comércio, de alterações nas pautas de pagamentos de impostos, vencimentos de funcionários e outras matérias semelhantes [...](BELTRÃO, 2006, p. 118).

Beltrão também assinala que entre os serviços, mereciam destaque informações referentes aos "programas de entretenimentos da comunidade" como "cartaz cinematográfico, de teatros, de espetáculos circenses, de programas de emissoras de rádio e televisão" (BELTRÃO, 2006, p. 120).

Outro pesquisador a estudar o gênero, ainda que de maneira muito sucinta, é Chaparro. O autor aponta como insuficiente e inadequada nas classificações brasileiras a

incapacidade de classificar as espécies utilitárias, aquilo a que vulgarmente se chama 'Serviço', até agora tratadas como simples tendência ou curiosidade. Entretanto, a significação da participação dessas espécies nos espaços ocupados pelos conteúdos jornalísticos impõe a sua caracterização enquanto manifestação discursiva. São formas adequadas de mediação para solicitações concretas da vida urbana, nos planos do negócio, da cultura, do consumo, do lazer, do acesso a bens e serviço, na ordenação de preferências e movimentos, nas estratégias e táticas da sobrevivência. As espécies utilitárias deixaram de ser manifestações secundárias no relato da actualidade (CHAPARRO, 1998, p. 115).

Partindo desse entendimento, ao dividir o discurso do jornal em dois gêneros - o *comentário* e o *relato* -, Chaparro enquadra nesta última o jornalismo utilitário, dando-lhe o nome de *espécies práticas*, com as subespécies *roteiros*, *indicadores*, *agendamentos*, *previsão do tempo*, *cartas-consultas*, *orientações úteis* (CHAPARRO, 1998, p. 120). O que chama a atenção é que, embora se refira a espécies utilitárias em sua crítica à ausência de classificações que incluam o gênero, o pesquisador opte, em sua proposta classificatória, pela nomenclatura *espécie prática*. A expressão espécie prática, parece sugerir que as demais dos outros gêneros prescindem da prática jornalística.

Um ponto de partida para refletir essa questão é a proposta de Diezhandino (1994, p. 66) que, ao analisar o *periodismo de servicio* em revistas norte-americanas, assegura que essa forma de jornalismo surgiu com a expansão das revistas segmentadas para atividades específicas - como decoração, informática, entre outras - cujo conteúdo centrava-se em artigos sobre temas familiares e conselhos para o lar: cozinha, costura,

desenho de lareiras, móveis, economia doméstica entre outros conteúdos objetivando "servir de utilidade a seus leitores".

A autora explica que *jornalismo de serviço* não é um conceito novo, ao contrário, é familiar à redação, o novo tem sido a assimilação da velha fórmula às novas necessidades (DIEZHANDINO, 1994, p. 76). Baseando-se em Metzler, a autora diz que o jornalismo de serviço é

a resposta à muitas questões que preocupam as pessoas no dia a dia. A informação que as pessoas podem usar em suas vidas diárias. Significa maior atenção ao modo como as notícias afetarão pessoalmente os leitores, o que podem fazer frente a um problema, como preveni-lo ou resolvê-lo (Metzler, citado por Diezhandino, 1994, p. 76).

Alberto Dines concorda com a concepção de ser útil às pessoas:

A comunicação tem o seu móvel na luta pela sobrevivência. O homem se informa para poder municiar-se devidamente e resistir. O jornal, pela sua periodicidade diária, é o melhor instrumento para o fornecimento desse material utilitário, o serviço, que vai tornar a existência, na sociedade organizada, possível e mais fácil (DINES, 1996, p.97).

Claro, não havia ainda a participação da internet no período do lançamento da primeira edição e o autor atribuía primazia ao jornal diário em suprir o cidadão de informação utilitária, o que mudou com a informação em tempo real proporcionada pela internet. Contudo, Dines, ao tempo em que reconhecia a importância do 'serviço' questionava-lhe a validade considerando a dimensão do material nas páginas impressas:

Dentro da discussão do que é importante, cabe inserir também uma dúvida que neste momento corrói redações de jornal. A prestação de serviços ainda é válida? Compensa gastar duas ou três páginas inteiras com a relação dos aprovados no vestibular? Vale desperdiçar um precioso espaço publicando a lista de postos de vacinação contra a pólio ou as farmácias de plantão, as feiras livres, etc. ? (DINES, 1996, p. 97)

Para a época em que o texto foi escrito, Dines (1996, p. 97) considerava que a resolução do "dilema sobre a publicação de 'calhamaços' utilitários não tem respostas definitivas" cabendo a cada veículo procurar os "serviços diários ou eventuais que mais se adaptassem à sua estratégia".

Já na obra de Marques de Melo (2003) o gênero *utilitário* seria incorporado na literatura "cinzenta" (DIAS et. al., 1998, p. 15) com os formatos *Chamadas* (textos que auxiliam o leitor a manusear o periódico) *indicador* (informações úteis sobre órgãos governamentais, empresas, instituições, países ou sobre determinado assunto

especializado, como mercado econômico), *roteiro* (dicas sobre shows, espetáculos, a relação de musicais selecionados, trecho da programação de uma emissora ou um texto com indicações sobre o programa de rádio, televisão ou cinema) e *Obituário* (informações sobre os óbitos registrados pelos Cartórios especializados, publicados geralmente em coluna específica).

O gênero diversional

Quanto ao *diversional*, Melo colocava em xeque a existência desse gênero. Além de não encontrar "ancoragem na práxis jornalística observada no país" (MARQUES DE MELO, 2003, p. 64) a "diversão" se tratava de um "mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade, apesar das formas que sugerem sua dimensão imaginária" (MARQUES DE MELO, 2003, p. 64).

Originalmente associado ao *New journalism* americano (MUGGIATI et. al, 1971) o gênero, no entanto, foi depois adotado por Dias et. al. apresentando as divisões e concepções de Camps & Pazo em *história de interesse humano* e *história colorida*:

A *história de interesse humano* utiliza um arsenal peculiar ao universo da ficção para abordar um fato que foi notícia retomado na sua dimensão humana com a finalidade de suscitar o interesse e a atenção do público, caracterizado pela narração de um fato de interesse social. A *história colorida* descreve uma situação em que se desenvolve o fato, com recursos mais ligados à literatura, transmitindo emoções e sentimentos. A ênfase é no modo como a história se desenvolve e não na informação (CAMPS & PAZO, citados por DIAS et.al., 1998, p. 14 grifo no original).

Mas o próprio Marques de Melo (2003) já questionou a história de interesse humano, quando defendida por Luiz Beltrão:

Na prática, o que ocorre é a sua distinção como 'matéria fria' (de atualidade permanente), permitindo-se ao jornalista que a escreve recorrer ao arsenal narrativo peculiar ao universo da ficção. Mas nada a diferencia da reportagem. O relato jornalístico é fundamentalmente o mesmo. Trata-se de um fato que foi notícia (matéria quente) e que o jornalista retoma na sua dimensão humana para suscitar o interesse e a atenção do público (MARQUES DE MELO, 2003, p. 61)

Portanto, além da divergência sobre a palavra *diversão/diversional* que dá nome ao gênero, há que se elucidar a estrutura dos seus formatos a ponto de verificar se há diferenças e semelhanças da estrutura, estilo e formatos em comparação ao informativo. Uma questão seria refletir se todos esses formatos, com suas respectivas características



não são, também, variações da reportagem, ou, em outras palavras, subgêneros da reportagem.

Em síntese, pode-se afirmar que a obra do principal pesquisador do tema no Brasil ora destacava somente as duas categorias (informativa e opinativa), mas já incorporou novas categorias como o jornalismo *interpretativo*, o *diversional* e o *utilitário* (DIAS et al, 1998). Cabe verificar se no plano prático, no relato publicado pela imprensa, tais gêneros se apresentam configurados e de que modo o estão.

Considerações Finais

O que se buscou evidenciar no presente artigo é que a diversidade dos trabalhos voltados ao problema dos gêneros jornalísticos se trata de uma questão atual, pertinente e que as diferentes abordagens para sua análise se mostram suficientes para uma confrontação das classificações com as evidências empíricas "imediatamente observáveis através do relato" ou seu "discurso manifesto", para usar as expressões de Marques de Melo (2003, p. 41). Enxergamos a validade de estudar os gêneros a partir da produção textual de jornais, ainda que estes respondam a lógicas econômicas do mercado, pois o jornalismo é uma atividade empresarial cuja produção é decorrente das forças econômicas que regem os setores produtivos.

Também se evidenciou que o cenário teórico acerca dos gêneros jornalístico está marcado por questionamentos dos gêneros existentes e de suas classificações o que exige um estudo que concatene contribuições da área da Comunicação e das Ciências da Linguagem.

A proposta da pesquisa da dissertação quer verificar quais são os gêneros jornalísticos da imprensa contemporânea e confrontá-los com as classificações acadêmicas. O estudo quantitativo adota como método a análise de conteúdo baseada em Krippendorff (1990). Adota-se uma amostra de 7 edições de uma semana construída do maior jornal em cada região do Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (MÍDIA DADOS, 2006), totalizando 35 edições. A seleção de um jornal de cada região [Norte: O Liberal (PA); Nordeste: A Tarde (BA); Centro-Oeste: Correio Brasiliense (DF); Sudeste: Folha de S. Paulo (SP); Sul, Zero Hora (RS)], possibilitará um diagnóstico dos gêneros praticados no país observando-se os principais veículos, coletados entre novembro e dezembro de 2006 segundo a técnica da semana artificialmente construída (KAUFFMANN, 2005). Cada jornal será catalogado edição por edição tomando como medida a Unidade de Informação (UI), proposta por Violette Morin (1974), em



oposição às técnicas de mensuração da superfície de impressão (cm² ou centímetro coluna).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo**: filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI/Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o desenvolvimento regional/Edições Omnia, 2006.

BONINI, Adair. **Projeto Gêneros do Jornal** (as relações entre gênero textual e suporte). Florianópolis, 2002. Texto inédito, base de projeto desenvolvido na UNISUL. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/adbonini/projet.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2006.

_____. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do Jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998.

DIAS, Paulo Rocha. et. al. **Gêneros e formatos na Comunicação massiva periodística**: um estudo do jornal “Folha de São Paulo” e revista “Veja”. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt03/GT0301.PDF>. Intercom, 1998. Acesso em: 26 abr. 2006.

DIEZHANDINO, Maria Pilar. **Periodismo de Servicio: La utilidad como complemento informativo en Time, Newsweek y U.S. News and World Report, y unos apuntes del caso español**. Barcelona: Bosch Comunicación, 1994. 214p

DINES, Alberto. **O papel do Jornal: uma releitura**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1996.145p.

FIGUEIREDO, Lisette Fernandes. **A nota jornalística no Jornal do Brasil**: um estudo do gênero textual e de sua função no Jornal. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Santa Catarina, 2003.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **A atualidade dos gêneros jornalísticos na imprensa brasileira contemporânea**, Ensaio apresentado no Seminário Transformação da Notícia: a subjetividade no jornalismo informativo. Porto Alegre: PUC, 2002.

HIDALGO, Antonio López. El análisis: ¿un género periodístico? in: Revista Ámbitos, Revista Andaluza de Comunicación, n. 9-10, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2002. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/ambitos/9/art11.htm>. Acesso em 22 dez 2006.

INNOCENTE, Lenaide Gonçalves. **A tira em quadrinhos no Jornal do Brasil e no Diário Catarinense**: um estudo de gênero. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Santa Catarina, 2005.

KAUFFMAN, Carlos H. **O corpus do jornal**: variação linguística, gêneros e dimensões da imprensa diária escrita. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.



KINDERMANN, Conceição Aparecida. **A reportagem jornalística no Jornal do Brasil**: desvendando as variantes do gênero. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Santa Catarina, 2003.

KOTSCHO, Ricardo. **Perfil**. In: A prática da Reportagem. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido**: teoría e práctica. Barcelona: Paidós, 1990. Coleção Paidós Comunicación n. 39.

LEANDRO, Paulo Roberto. MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente** (o jornalismo interpretativo). São Paulo: Media, 1973.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.

LIMA, Gerson Moreira. **Jornalismo Interpretativo**: a alternativa para o dilema imposto pela mídia digital. 2002, 255 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MARQUES DE MELO, José Marques de (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.

_____. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MUGGIATI, Roberto et. al. **Jornalismo Diversional**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes-USP, 1971. Série F - Jornalismo, n. 18.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

PARRAT, Sonia Fernandez. **El debate en torno a los géneros periodísticos en la prensa**: nuevas propuestas de clasificación. Zer. revista de estudios de comunicación. n. 11. nov. 2001. Disponível em: < <http://www.ehu.es/zer/zer11web/sferparrat.htm> >. Acesso em: 22 maio 2006.

SEIXAS, Lia. Gêneros jornalísticos digitais: um estudo das práticas discursivas no ambiente digital. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/liaseixas2004.doc> >. Acesso em 22 maio 2006.

SODRÉ, Muniz & Ferrari, Maria Helena. **Perfil**. In: Técnica de reportagem. SP: Summus, 1986

UTARD, Jean Michel. O embaralhamento nos gêneros midiáticos. **Comunicação e Espaço Público**. Ano VI. n. 1 e 2. Brasília: UnB, 2003.

VILAS BOAS, Sérgio. **Perfis**: e como escrevê-los. São Paulo: summus, 2003. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, v. 69).